

A HISTÓRIA DE REVOLTAS QUE A HISTÓRIA QUASE NUNCA CONTA



THE STORY OF REVOLTS THAT HISTORY ALMOST NEVER TELL

SHIRLEI FERREIRA DO AMARAL

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Centro Universitário Sant'Ana (2012);
Especialista em Educação Infantil pela Faculdade São Luís de França (2014); Professora
de Ensino Fundamental I – Professora de Educação Infantil.

RESUMO

A História de revoltas que a História que mais se conta sobre a escravidão e abolição não são a descrição verdadeira dos fatos. As pessoas procuram olhar estes indivíduos com desprezo, enxergam somente barbárie, pobreza, malandragem, hipersexualidade dos corpos, algo construído desde a colonização. Não conseguem descolar essa série de estereótipos negativos destas pessoas e não veem que estamos sujeitos a todos os tipos de emoção ou sentimentos como qualquer indivíduo que tem a sua humanidade reconhecida. A escravidão deixou muitas marcas profundas na alma da comunidade negra, foram centenas de anos vivendo em um regime na qual o sistema os forçava a ficar no papel de subalternos, sendo tratados como mera propriedade. O Brasil foi a última nação do continente americano a abolir a escravidão, acolhendo teorias europeias que postulavam a hierarquia das raças e previam a impossibilidade do desenvolvimento nacional devido a mestiçagem. Assim coloca-se em prática uma política de imigração dando incentivo aos colonos europeus para aqui se estabelecerem, visando o branqueamento da população. Trazer narrativas do povo africano, dos heróis e heroínas marginalizados, para enriquecer o imaginário da população brasileira, com essas referências e não as eurocêtricas, que visam minimizar a importância deste povo que também faz parte da construção, não somente braçal, deste país, é fundamental para elevação da autoestima do povo negro brasileiro e levar a discussão o processo de invisibilidade no qual está inserida a população negra deste país, bem como revelar as conexões entre este fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Abolição; Escravidão; Resistência escrava.

ABSTRACT

The history of revolts and the history that is most often told about slavery and abolition are not the true description of the facts. People try to look down on these individuals, seeing only barbarism, poverty, naughtiness, hypersexual bodies, something that has been built up since colonization. They can't detach this series of negative stereotypes from these people and don't see that we are subject to all kinds of emotions and feelings, just like any individual who has their humanity recognized. Slavery left many deep scars on the soul of the black community, hundreds of years living in a regime in which the system forced them into the role of subordinates, being treated as mere property. Brazil was the last nation on the American continent to abolish slavery, embracing European theories that postulated the hierarchy of races and predicted the impossibility of national development due to mestizaje. An immigration policy was thus put into practice, encouraging European settlers to settle here, with the aim of whitening the population. Bringing narratives of the African people, of marginalized heroes and heroines, to enrich the imagination of the Brazilian population, with these references and not the Eurocentric ones, which aim to minimize the importance of this people who are also part of the construction, not just manual labor, of this country, is fundamental for raising the self-esteem of the black Brazilian people and bringing to discussion the process of invisibility in which the black population of this country is inserted, as well as revealing the connections between this phenomenon.

KEYWORDS: Abolition; Slavery; Slave resistance.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se deu através de pesquisas bibliográficas em várias fontes científicas com referências históricas acerca da escravidão, com foco principalmente voltado para a resistência negra. Assim sendo, nosso intuito é compreender como eles se rebelaram e lutaram contra seus captores, se organizaram buscando meios de sobreviver e preservar sua cultura.

Como forma de apresentar o processo que levou à liberdade dos negros escravizados, o primeiro enfoque abordado em nosso trabalho será breves relatos que destaca a crueldade em que eles viviam, aprisionados pelos seus senhores, em condições não dignas de um ser humano, sendo constantemente eram torturados.

Na sequência, observaremos quais os instrumentos e os processos utilizados para subjugar e dominá-los, sendo muitos queimados e marcados para o tráfico de escravos, ações que levaram à morte vários negros, não suportando tanto sofrimento e crueldade.

No desenvolvimento de nosso trabalho acadêmico, podemos vislumbrar quais foram as heranças culturais que nos foram legadas com a vinda dos escravos e sua posterior alforria, bem

como quais foram as principais revoltas e os primeiros quilombos que surgiram.

Trataremos também um pouco sobre a vida de Zumbi dos Palmares destacando a força e a coragem de um homem a frente de seu tempo e por último a história do que aconteceu após as revoltas e de como se deu a abolição e a importância de trazer esses registros para nossa época o que influenciou na nossa cultura brasileira.

A abolição não aconteceu porque a Princesa Isabel estava boazinha e com pena dos escravos. Ela foi forçada pelos movimentos sociais. Foi festejada por todos os brasileiros com entusiasmo e comemorações, mas ela nunca representou a liberdade de verdade.

Os escravos foram jogados à própria sorte, tornaram-se andarilhos, sem pátria, sem trabalho, sem apoio sem esperança.

Não foram preparados para viver como homens livres, e não encontravam oportunidades para ter acesso a estrutura econômica e social do País, eram rejeitados, hostilizados, até mesmo agredidos.

Acabavam se juntando a grupos de resistência como as irmandades, nos terreiros de candomblé e quilombos, numa busca de sobreviver e de recuperar a sua identidade e os seus direitos perdidos ao longo dos anos.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e ainda não preparou oportunidades para acolher os ex-escravos, pelo contrário, os mesmos não encontraram possibilidades de integração junto ao países e ainda não tinham condições de concorrer com os estrangeiros, vindos de um período de recessão europeia, em especial a italiana, exatamente no período de pós abolição, trazidos com incentivo do governo brasileiro, tomaram um lugar de trabalho que deveria ser dos ex-escravos que então já poderiam vender a sua força de trabalho para viverem dignamente, mas isto infelizmente não aconteceu e mais uma vez o Brasil saqueou os negros, a oportunidade que os mesmos tinham de viver honestamente como seres humanos neste país. (MOURA, 1986, p.20).

A ESCRAVIDÃO E A SITUAÇÃO REAL A QUAL OS NEGROS ERAM SUBMETIDOS

A igreja católica condenava a escravização dos índios, pois estes estavam catequizados e conheciam os dogmas religiosos e a santíssima Trindade. Já os negros africanos eram considerados pagãos, impuros e não serviam a Deus, além é claro de serem extremamente mais resistentes fisicamente e mais subservientes. A escolha se deu também por ser muito lucrativo tráfico de escravos.

A característica mais marcante na escravização de seres humanos é o fato de o escravo ser tratado como uma propriedade. Não há como em sã consciência conceber que uma pessoa possa dispor de outras como se fossem objetos, fazendo delas o que lhes aprouver. A escravidão foi, e será sempre desumana. Partindo do princípio de que os escravos eram propriedades de seus senhores, podemos supor que até mesmo animais viviam em melhores condições. Equiparando-se às coisas e propriedades os negros e escravos não eram cidadãos, eram privados de seus direitos civis, afinal, "coisas" não são civis, são objetos.

O único direito, por assim dizer, que lhes era concedido, era o de constituir família, mas é obvio que todos inclusive os filhos eram propriedades. A procriação era bem-aceita, pois gerava

renda. Os negros, em sua grande maioria, trabalhavam nas atividades agrícolas e participavam de todo processo de produção, desde o plantio até o beneficiamento do produto. Na economia canavieira, a maioria dos escravos trabalhava na lavoura e na produção do açúcar. No engenho, onde se fabricava o açúcar, trabalhavam na moenda, na casa das caldeiras e na casa de purgar. Além do setor da produção de açúcar, o trabalho escravo foi empregado também na agricultura de abastecimento interno, na criação de gado e nas pequenas manufaturas.

Trabalhavam muito, de quatorze a dezesseis horas, o que fazia com que se rebelassem, sendo assim seus senhores os castigassem. Era direito do senhor de escravos castigar fisicamente seus subordinados, e tais castigos eram variados indo de chibatadas e açoites à mutilação em alguns casos considerados de maior afronta.

É lamentável, e todo caso, a sorte desses negros. Eles sabem que são espoliados e isso deve tornar-lhes ainda mais amargos os espancamentos e outros maus tratos que sofrem. Também é preciso ter em mente que muitos negros deixaram de trabalhar bem se não foram convenientemente espancados. E se desprezássemos a primeira iniquidade a que os sujeitam, isto é, sua introdução e submissão forçada teriam de considerar em grande parte merecidos os castigos que lhes impõem os seus senhores. (DAVATZ, 1972).

INSTRUMENTO DE TORTURA

Os métodos de tortura eram os mais bizarros, existiam “aparelhos” que causavam terror, talvez por isso, os negros se submetiam aos trabalhos escravos.

A palmatória, sendo um método considerado como ‘pedagógico’ utilizado para moldar comportamentos e hábitos, era utilizado quando as crianças ou os escravos pegavam algo sem pedir,

Havia também, os casos em que os negros eram mortos em praça pública para amedrontar os outros escravos.

O tronco, não era como os que se costuma mostrar em filmes ou novelas da época exibidos na TV. Era um pedaço de madeira com orifícios destinados a prender a cabeça, as mãos e os pés dos escravos. Uma vez preso ao tronco o negro ficava vulnerável ao ataque de ratos e insetos, imóvel e indefeso, envolto nas próprias fezes e urina sem comer ou beber, por dias isolados, até que seu senhor resolvesse soltá-lo.(idem)

A máscara de flandres era usada para punição de furto de alimentos, alcoolismo, ingestão de terra, e na mineração de diamantes, para impedir que os negros extrviassem as pedras, engolindo-as. A máscara podia cobrir todo o rosto ou apenas a boca, sendo fechada a cadeados por trás da cabeça.

Havia também os instrumentos de ferro, patrimônio de todas as casas grandes, que consistiam em grilhões, algemas, correntes, cadeados e colares. Tudo para garantir a submissão e degradação dos escravos (ibidem).

Também acontecia com frequência de as próprias negras se submeterem ao aborto, para impedir que seus filhos nascessem naquelas condições. Era a única violência à qual se submetiam de bom grado. (Como corrobora Pe. Antonil).

Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos, é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade, e que se alegrem de lhes multiplicarem servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuravam propósito aborto, para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem (Pe. Antonil,1711).

O TRÁFICO DE ESCRAVOS

O Brasil fez do trabalho da mão de obra escrava durante os três primeiros séculos de construção do país, ou seja, de 530 até 1888, quando foi promulgada a abolição. Estima-se que os primeiros negros chegaram ao Brasil em 1538 e presume-se que ao final do século XVI, a população negra já passava de 10.000, sendo desses, 6.000 em Pernambuco, 3000 na Bahia e os restantes espalhadas pela colônia (Mattoso,2003).

Os negros que vieram para o Brasil eram retirados a força de diversas regiões do continente africano, principalmente da costa ocidental da África. Africanos de origem Banto, do Congo e de Angola, foram trazidos logo no começo da colonização, e foram espalhados pelas plantações extenso território rural, que correspondia os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, (SANTOS,2012. p.86).

Os negros eram trazidos nos porões de navios negreiros e tinham valor de mercadorias. O Tráfico destes navios era bastante lucrativo e envolvia administradores, investidores e gerenciadores que organizavam este tipo de negociação a fim de saírem ganhando e tomando o devido cuidado para que não houvessem prejuízos. (Severo, 2010).

Portugal era o principal manipulador do tráfico negreiro, já que tinha vantajoso pela arrecadação de impostos. Foram extintas em 1778, depois da que da do Marquês de Pombal.

Os navios negreiros saíam da África com os negros acorrentados nos porões passando fome frio, em uma viagem desumana. Com a demora do trajeto era comum que os homens e mulheres defecassem e vomitassem ao mesmo ambiente em que viajavam. Diante disto, pode-se imaginar como esta travessia era humilhante e como estes negros estavam submetidos a todo e qualquer tipo de doença que muitas vezes os levavam a morte antes mesmo do desembarque.

Ao desembarcarem no Brasil, estavam simplesmente arrasados de cansaço da dura viagem vivida e inconscientes do sofrimento que lhes aguardava nesta País.

Vinha de longe após um mês, frequentemente dois meses de navegação, ou de mais perto após cabotagem perigosa e por vezes clandestina, o cativo é, de ordinário, desembarcado num estado de exaustão física e moral fácil de imaginar. Se vem do outro lado do oceano, sofreu o traumatismo psíquico da captura, as longas marchas às vezes necessária para atingir o porto. Foi posto a ferro e esperou talvez muito tempo a chegada dos “turmeiros” traficantes. Preso a bordo do navio, conheceu as rotas e de uma dura navegação antes de ser desembarcado, mas morto do que vivo, em terra desconhecida e hostil. Se vem de mais perto seus sofrimentos não são menores, pois teve igualmente de separar-se dos amigos talvez também de parentes, deixar um tipo de vida ao qual se havia mais ou menos adaptado, para ser acorrentado e arrastado do desconhecido numa angústia somente igualada ao desgaste físico levado ao extremo pela viagem forçada a promiscuidade a bordo, a fome e a nudez agressiva dos seus condutores (MATTOS. 2000.p.65)

Durante o século XVIII, o tráfico negreiro se intensificou, estima-se que em 1817, o movimento de africanos aqui no Brasil ultrapassava 1;000,00.

O tráfico foi proibido em 1831, porém, a entrada dos negros no país não diminuiu, pelo contrário, desenvolveu-se um contrabando de navios negreiros que só terminou com o último embarque em

1855.(ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

Até hoje não há dados precisos sobre escravidão no Brasil, já que todos os arquivos referentes a este tema foram queimados o dia 13 de maio de 1891, ordenados pelo Ministério Público, assim os dados importantes referentes à vida dos negros aqui no País no período da escravidão foram completamente retirados dos capítulos oficiais da nossa história.

O PROCESSO ABOLICIONISTA APÓS REVOLTAS

O processo da abolição aqui no Brasil foi influenciado por uma multiplicidade de fatores, pois onde há escravidão há resistência.

O pensamento iluminista permeava o mundo após a Revolução Francesa, trazendo ideias de igualdade e fraternidade. Os negros escravizados do Haiti conquistaram a independência do país num processo que levou anos (1799-1804). Os EUA que já era uma potência mundial já havia abolido a escravidão em 1865.

O Brasil tendo uma economia agroexportadora desde esta época, onde o escravo era a principal mão de obra e com um pensamento extremamente conservador passou por um momento de revolução político e econômico. A abolição aqui estava ligada aos interesses de uma elite que percebia que para o Brasil avançar seguindo a Revolução Industrial, seria necessário ter a disposição trabalhadores assalariados para o capital girar e assim se tornarem consumidores.

Assim pessoas de diferentes etnias e posições social emprestaram suas vozes e influências para lutar pelo fim da escravidão, assim como Luiz Gama (filho de uma africana liberta com um português fidalgo que estudou direito, mas devido ao preconceito não lhe deram o título) participou ativamente dos movimentos contra escravidão sendo um dos fundadores do Jornal Radical Paulistano e José Carlos Patrocínio (filho de um vigário com uma jovem escrava, estudou em faculdade de medicina, mas obteve o certificado de farmacêutico) foi idealizador da guarda negra.

Além das ideias iluministas a pressão do fim da escravidão vinha de ordens externas também, em 1845 a Inglaterra proclamou uma Lei que barrava os navios negreiros que iam para América. Em 1850 no Brasil se declara a “Lei Eusébio de Queiroz”, que exige a extinção do tráfico de escravo (a partir daí o tráfico no país continua acontecendo mais de forma ilegal). Depois de vinte e um anos foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Esta lei tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da declaração da lei, podendo ficar sob a tutela do Senhor até os 8 anos de idade, mas com a permissão dele ficar com eles até 18 anos.

Assim além de muita luta (entre 1807-1835 houve mais de 20 revoltas promovidas pelos escravos) para comprar suas alforrias os negros escravizados apelavam para a justiça em busca da liberdade.

Em 1880 há um crescimento no número de associações que lutavam pela causa abolicionista. As historiadoras destacam a atuação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Confederação Abolicionista (Lília Schwarcz e Heloís a Starling).

Além disso, pessoas influentes realizavam publicações que faziam a defesa da causa abolicionista crescer muito, e Castro Alves (poeta da escravidão), Joaquim Nabuco, associaram-se à causa entre outros nomes de destaque.

Sendo assim, a defesa da abolição, contava com a publicação de artigos, procissões e manifestações em público. Tendo nesta década um ato que se tornou fundamental para destaque desta empreitada, a desobediência civil. A situação estava fora do controle, pois as fugas e rebeliões estavam cada vez mais frequentes e a quantidade de quilombos (local que servia de abrigo e símbolo de resistência que auxiliava negros fugidos) estavam crescentes.

Um líder jangadeiro, prático mor e abolicionista foi Francisco José do Nascimento filho de Canoa Quebrada lutou pelo fim da escravidão no Ceará onde conseguiu fazer com seu estado fosse o primeiro a libertar os escravos em 1884. Tal feito que ficou conhecido como Dragão do Mar e hoje reconhecido como herói nacional.

Em 1885, foi promulgada a lei Saraiva- Cotegige (também conhecida como lei dos Sexagenários) que alforriava os negros com mais de 60 anos de idade, algo que poucos conseguiam atingir devido a vida sofrida que levavam, ou não possuíam certidão de nascimento para comprovar idade.

Enfim, o governo ficou sem forças perante a tantos manifestos, o exército não dava conta de tantas ocorrências, deixando claro a ineficiência do Império, provando que a continuação da escravidão seria inviável. O exército precisava de “voluntários da pátria” (escravos libertos poderiam atuar nesta condição) por isto acabou se colocando na posição de incentivador da abolição.

Mesmo ineficiente estes conjuntos de Lei davam força ao movimento abolicionista. Foi só em 13 de maio de 1888, através de Lei Áurea, que a liberdade total e definitiva finalmente foi alcançada pelos negros brasileiros. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão em nosso país. Segue o texto da Lei Áurea, que fez com que o dia 13 de maio entrasse definitivamente para História:

O crescimento do Brasil, tem grande parcela do trabalho negro escravo e o que sobrou para eles foi apenas a discriminação, o abandono, a crueldade e o sofrimento, a falta de estrutura econômica e social.

“Naquele momento, faltou criar as condições para que a população negra pudesse ter um tipo de inserção mais digna na sociedade”, disse Luiza Barros, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Após o fim da escravidão as classes dominantes não contribuíram para inserir escravos livres no novo formato de trabalho.

A classe dominante alegava incompetência dos negros para exercer determinadas funções que tinham maior valor social, preferindo que essas funções fossem feitas por imigrantes brancos, para que se pudesse miscigenar o País. Este processo fracassou, já que ne, sempre a união de mestiços de pele clara com negros resulta em descendentes mais claros.

A HERANÇA AFRICANA NA CULTURA BRASILEIRA

A formação cultural brasileira contou com a ajuda da miscigenação entre africanos, indígenas e europeus. A escravidão por mais de 300 anos constituiu a base da economia e sociedade do país, por isto a matriz africana trouxe uma influência cultural que passa desde o vocabulário, costumes, alimentação, valores e crenças. As palavras quiabo, caçula, cachaça moleque entre outras são de origem africanas praticadas desde o período do Brasil colonial e imperial. Já a influência na alimentação se deu ao fato de as escravas africanas terem sido responsáveis pelo trabalho na cozinha, sendo assim deve se agradecer a elas a presença do leite de coco, acarajé, dendê, pamonha e pimenta em nossa culinária.

Devido a imposição do culto ao cristianismo, a religião de origem africana sofreu adaptações como forma de resistência, para manter suas tradições foram obrigados a desenvolverem o sincretismo religioso, ou seja, divindades africanas foram aproximadas a santos católicos, como exemplo Iemanjá ligada a Nossa Senhora. Assim religiões como quimbanda, umbanda e catimbó foram marginalizadas por serem construídas pelos povos escravizados brasileiros, mas ainda sim praticadas pelos bastidores em sinal de muita coragem e diversidade de pensamentos.

Também é possível destacar em nossa cultura elementos ligados a Arte produzida por africanos, como a capoeira, samba, maracatu, congada e instrumentos musicais como atabaque, cuíca, flauta, berimbau, entre outros. As danças como o jongo ou umbigadas, fizeram também parte desta criação cultural de grande resistência e afirmação.

Infelizmente também herdamos coisas ruins, como o preconceito que se tornou institucionalizado no país, assim diversas pesquisas revelam o diferenciamento que é feito entre as pessoas a partir da cor da pele. Este fato é reafirmado por Lilia Schwarcz Lilia Katri Moritz Schwarcz é uma historiadora e antropóloga brasileira. É doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo e, atualmente, professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma universidade em entrevista ao site Exame:

“Se você olhar nos Mapas da Violência de 2015, veja o número de mortes de jovens negros. No caso da região Sudeste, o jovem negro tem 2,5% de chance a mais de morrer do que um branco; no caso do Nordeste, 5% a mais. Veja os casos da saúde: a população negra é a mais “Sus dependente”, de um lado, porque não tem acesso à saúde privada. Por outro lado, as mulheres negras são aquelas que recorrem menos à mamografia, e não porque não queiram, mas porque não têm acesso. E isso tem consequências graves.

Há dados que mostram que trabalhadores negros são os que mais gastam horas do seu dia no transporte. Nos índices de estupro: sabemos que há uma cultura de estupro no Brasil, mas as mulheres negras têm uma incidência ainda maior. Veja como há até pouco tempo no Brasil tínhamos empregadas domésticas nas casas trabalhando sem registro. E até hoje em dia as mulheres negras são aquelas que estão mais ocupadas em empregos informais. E vamos falar do que é o quarto de empregada, o elevador de serviço. Essas são atualizações visíveis na nossa contemporaneidade. “Trecho da entrevista, Exame Abril, (Brasil, 2018)

Por isto atualmente se faz necessário ações afirmativas e leis para assegurar a igualdade nos direitos e equidade no acesso à educação para combater a marginalização dos afrodescendentes. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08, torna obrigatório em todas as escolas particulares e públicas pertencentes a Educação Básica, se fez necessário para garantir a ressignificação de conceitos e a valorização

cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Assim a escola exerce um papel muito importante contra o preconceito e discriminação racial no país.

A proposta de ensino ainda não é o plano. A proposta é a primeira etapa de organização para “recortar” o assunto e especificar qual aspecto do tema será desenvolvido e com que “olhar”. Por exemplo: dentro da LINHA DE PESQUISA 3- Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos o tema é muito abrangente. É preciso especificar qual aspecto do trabalho ou da cidadania ou ainda dos direitos humanos e onde, no Brasil ou exterior como, por exemplo, o trabalho escravo no século XIX, ou trabalho livre dos imigrantes italianos em São Paulo. Ou ainda a cidadania na formação do Brasil no século XIX, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a escravidão tenha sido abolida há 134 anos e os negros tenham conquistado suas alforrias, a liberdade deles ainda é tolhida. Vemos todos os dias nos noticiários que a maioria dos homens apreendidos em furtos, roubos, homicídios e outros crimes, são negros, e o motivo disso é a discriminação que sofrem. Muitas vezes, são trabalhadores, homens honrados e sentem na pele, literalmente, a discriminação. Outra rebelião se faz necessária. Não uma rebelião armada, nas condições destas apontadas neste trabalho, mas uma rebelião de comportamento, de pensamento, principalmente nas mentes dos brancos que se julgam superiores.

De que adiantaram as cartas de alforria, a abolição da escravidão e todos os levantes e quilombos, se o maior de todos os opressores, o racismo, ainda está entre a população? De que serviu se livrarem das amarras, das algemas e dos chicotes se são açoitados diariamente por esse opressor velado?

Nas redes sociais e mídias televisivas se vê constantemente ataques à população negra, são ofensas, injúrias gratuitas, por conta do cabelo das mulheres, do formato do nariz, da cor da pele, das cotas universitárias etc. Não podem mais aceitar esse comportamento nas salas de aula entre os jovens e crianças, enquanto professores, formadores de opinião, temos a obrigação moral e ética de mudar os pensamentos, moldar o caráter desses alunos. Quem sabe algum dia os negros se sintam verdadeiramente livres e libertos da opressão do racismo.

A lei Áurea foi um ponto de partida para acabar com o trabalho escravo, mas ainda em pleno século XXI existem trabalhos em áreas rurais que ferem aos princípios fundamentais da Constituição, principalmente no que se refere a direitos sociais e à dignidade do ser humano, a ação civil pública é uma arma de defesa processual no combate a este crime social.

O racismo velado se manifesta através de práticas aparentemente neutras, mas que, na realidade, perpetuam a desigualdade racial. Pode ser observado em processos seletivos que favorecem candidatos de determinadas origens, em estereótipos presentes na mídia, em práticas policiais discriminatórias e em micro agressões cotidianas que marginalizam indivíduos com base em sua raça.

Desvelar o racismo velado é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecer as manifestações sutis dessa forma de discriminação é o primeiro passo para desafiá-las. A conscientização coletiva, aliada a políticas e práticas que promovam a equidade, é fundamental para dismantelar as camadas invisíveis do racismo velado e construir um futuro em que a diversidade seja verdadeiramente celebrada. Este é um convite para uma reflexão profunda e ação decisiva, pois é somente enfrentando as raízes do racismo velado que podemos criar um ambiente onde todos se sintam verdadeiramente livres e iguais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra de; NICOL, Robert – **ECONOMIA AGRÍCOLA O Setor Primário e a Evolução da Economia** – Ed McGraw-Hill, Ltda, 1987. São Paulo.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Ed Livraria Martins. São Paulo- SP 1972.

CALEGARI, Luíza. Para Lília Schwarcz **Brasil está reescrevendo a história da escravidão**. Exame Abril, Brasil, 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/para-lilia-schwarcz-brasil-esta-reescrevendo-a-historia-da-escravidao> Acesso 26 fev. 2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin de, Universidade Rio Grande do Sul, Porto Alegre. **O “PLANETA”: APONTAMENTOS SOBRE A INVISIBILIDADE DOS NEGROS NO RS E SEUS REFLEXOS NO CAMPO DA CIDADANIA**, Rio Grande do Sul, (UFRGS), v. 26/27, p. 179-191, 2005. Disponível em: https://www.ufrgs.br/naci/documentos/humanas_carvalho.pdf Acesso 27 fev. 2020.

CASTRO, Leonardo, **O negro-no-livro-didático**.-Disponível em <http://novahistorianet.blogst.com.br/2009/01/escravidao-e-resistencia-no-Brasil.html>>2009 Acesso 8 set. 2015.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, 21 ed. José Olympio, Tio de Janeiro-RJ.1981.

GOMES, NILMA Lino. **A mulher negra que vi de perto.**:Ed. Mazza edições. Belo Horizonte-MG.1995.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.2000.

MATTOSO, K de Q. **Ser escravo no Brasil.** Ed. Brasiliense, São Paulo-SP.2003.

MENDONÇA, Renato. |INL,1973. (Retrato do Brasil,83). **A influência africana no português do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira QINL,1973.(Retrato do Brasil,83).

MIRANDA, José Carlos, **As revoltas conquistaram a abolição.** 2007 Disponível em http://professoradrianoleres.blogspot.com.br/as_revoltas_conquistaram_abolição.html Acesso 22 set. 2015.

MOURA, Glória. **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores africanos: o currículo invisível da festa.**1997.Tese(Doutorado em Educação)- Faculdade de educação Universidade de São Paulo da USP, São Paulo-SP.1997.

MOURA, Clóvis e assessora de pesquisa Soraia Silva Moura- São Paulo. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil.** Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, João; GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil,** São Paulo:Companhia das Letras,1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.** 3ºed. Ed. Companhia das Letras. São Paulo-SP.2015.

SANDRONI, Paulo, **Novíssimo Dicionário de Economia**. Disponível em: <[sinus.org, br/2014/wp...FMIBM.df](http://sinus.org.br/2014/wp...FMIBM.df)> . Acesso 8 set. 2015.

SANTOS, Joana Elbin dos. **Os nagôs e a morte**. Ed. Vozes 14ªed. São Paulo, 2012.

SEVERO, LARA DE Freitas; **O negro nos livros didáticos. Um enfoque nos papéis sociais** – Disponível em <http://b.manografias.com/trabalhos3/negro-livros-didaticos-papeis-sociais_2.shtml>. Acesso 10 set. 2015.

SANTOS, Elisabete Figueiroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais**. Psicologia e Saber Social, v. 4, n.2,p. 168-182, 2015.